



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS PROFESSORES

Fernanda Gezielle de Oliveira¹
Ângela Cristina Alves Albino²

RESUMO: O presente estudo é parte de uma análise decorrente do Grupo de Pesquisa em Política Curriculares de Formação docente - Mandacaru. Analisa as políticas de valorização tomando por base o Programa “Mais professores”. Destaca as metas do PNE, ainda em vigor 2014-2024, para entender os desafios e limites das projeções políticas das ações em forma de programa. Apresenta críticas aos processos circunscritos, a medidas governistas e as recentes preocupações com a possibilidade do apagão docente. Portanto, destacamos como uma formação inicial e continuada de qualidade e outros fatores são fundamentais para a valorização dos profissionais do magistério.

Palavras-Chaves: Docência; Políticas; Formação; Valorização.

INTRODUÇÃO

A formação docente é uma das pautas em constante discussão no tocante das políticas educacionais, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96, diversos documentos legislativos e resoluções foram lançados a respeito da carreira no magistério e sua valorização. A referida lei, define que a formação docente para atuar na educação básica deve ser de nível superior ou de modalidade normal (art. 62º) e também faz proposições, em seu art. 67º, para a valorização dos profissionais da educação, através de garantias como o ingresso por concurso público, aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial profissional e condições adequadas de trabalho (Brasil, LDB, 1996).

Ao longo dos anos, algumas resoluções são marcos importantes nos avanços e retrocessos das políticas de formação e valorização docente. A resolução CNE/CP nº 02/2015, que trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada, foi um dos documentos mais apoiados e defendidos por associações e entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). Em contrapartida, outras resoluções sobre a mesma temática, como as CNE/CP nº 02/2019 (BNC-Formação) e nº 04/2024, foram amplamente criticadas e colocadas sob pedidos de revogação, pois apesar de pregar a busca por formação e valorização docente, essas normativas pouco discutem sobre essas temáticas. A resolução CNE/CP nº 02/2019 é amplamente criticada, visto que, de acordo

¹ Graduanda, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fernandagezielle@outlook.com

² Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: angela.educ@gmail.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

com Dourado e Siqueira (2022, p. 65) ela “ênfatiza o desenvolvimento de competências gerais pelos licenciados, previstas na BNCC, bem como de competências específicas e habilidades correspondentes a elas”. Além disso, a resolução nº 04/2024 é vista pela Anfope como uma “bricolagem, no sentido do improviso, que se perde num emaranhado de elementos conceituais” com propostas de formação que vão na contramão “de uma educação que seja humanizadora e emancipatória” (Anfope, 2024).

Dessa forma, o presente trabalho busca fazer uma breve análise das recentes movimentações no tocante das políticas de formação e valorização docente a partir do programa “Mais professores”.

METODOLOGIA

O presente trabalho realizou-se por meio de uma pesquisa qualitativa de análise documental e bibliográfica, em que mergulhamos na análise e articulação entre documentos de legislação como a lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), e o decreto nº 12.358/2025, que institui sobre o Programa Mais Professores. Busca-se fazer uma analogia crítica e comparativa entre uma política de governo e o PNE como política de Estado com projeções ampliadas de formação, sobretudo pelo esvaziamento da formação continuada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano Nacional de Educação ainda em vigência é o referente ao decênio 2014-2024, aprovado através da lei nº 13.005/2014 e prorrogado até a promulgação do Projeto de Lei (PL) 2.614/2024, que trata da aprovação do PNE para o próximo decênio. Entre as 10 diretrizes e 20 metas para a educação nacional do PNE vigente, a formação docente se destaca nas metas 15 e 16, que determinam o seguinte:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, 2014).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Sobzinski, Diogo e Masson (2015) ao discutirem sobre o avanço na formação dos profissionais do magistério e a consolidação dessas metas, ressaltam que “apenas ampliar a formação não garante a valorização profissional dos docentes, pois ela deve vir acompanhada de outras ações como, por exemplo, a melhoria das condições de trabalho” (Sobzinski; Diogo; Masson, 2015, p. 1221).

A partir do estabelecido nessas metas e, ainda, em busca de cumpri-las, no início de 2025 foi instituído pelo Governo Federal um programa em busca de incentivar a formação inicial e continuada de professores e com a promessa de valorização e desenvolvimento profissional docente. Esse Programa, intitulado “Programa Mais Professores para o Brasil - Mais Professores”, foi instituído em 14 de janeiro de 2025 através do decreto nº 12.358/2025, o documento em questão aponta os 8 objetivos do programa em seu capítulo IV, art. 4º, dentre esses objetivos destacam-se os seguintes:

- I - incentivar a melhoria da qualidade da docência na educação básica, com ênfase nas escolas da rede pública;
- III - fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- VII - assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores; e
- VIII - contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País (Brasil, 2025).

Os objetivos em questão não trazem grandes novidades no que está disposto em outros documentos sobre formação e valorização do magistério. Porém, cresce a preocupação com a retomada da procura pelos cursos do magistério e o receio de um apagão de professores qualificados. Fator reforçado pelo recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que aponta um aumento de 109% de professores da educação primária com 50 anos entre 2009 e 2021, enquanto a proporção de professores brasileiros com menos de 24 anos caiu 42% no mesmo período (UNESCO, p. 81, 2025). Esses dados mostram que o número de novos professores não é suficiente para suprir as demandas da sociedade. Além disso, é importante ressaltar que de acordo com Sobrinho e Esquinsani (2024, p. 6) “poucos se atraem para ingressar nos cursos, dos que ingressam, a minoria conclui e do



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

concluí muitos não seguem a carreira docente na educação básica ou a abandona tão logo consigam colocação profissional melhor.”

Em seu artigo 6º estão dispostas as estratégias de implementação do Mais Professores, das quais destacamos as seguintes: “IV - formação docente; e V - valorização dos professores da educação básica” (Brasil, 2025). As seções que tratam dessas estratégias (Capítulo VI - Eixos Estruturantes, seções IV e V) destacam ainda que,

Art. 20. O Ministério da Educação, em colaboração com os entes federativos, promoverá ações de fortalecimento da formação inicial e continuada para os professores da educação básica.

Art. 24. O Ministério da Educação poderá promover premiações para o reconhecimento e a valorização individual de profissionais da educação, a partir de critérios a serem estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação (Brasil, 2025).

Vale ressaltar aqui as reflexões de Zucchini, Alves e Nucci (2023) sobre a BNC-formação e os retrocessos da valorização docente, onde os autores salientam uma “relativização da ideia da formação continuada como direito a ser garantido pelas políticas públicas e o reforço de uma perspectiva meritocrática e empreendedora de formação” (Zucchini, Alves e Nucci, 2023, p. 18). Além disso, a promoção de prêmios para os “melhores professores”, como o Professor Nota 1000, reforçam essa percepção de meritocracia e responsabilização dos docentes quanto ao sucesso da educação básica e da formação profissional, desconsiderando o chão da escola e outros aspectos socioeconômicos relacionados a esses fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de formação e valorização docente vem avançando nos últimos anos, em termos de legislações e outros documentos legais, porém ainda é necessário maiores esforços para que a carreira no magistério se consolide como atrativa e com valorização adequada a realidade dos docentes. Como destacado neste trabalho, o último PNE determina a formação docente adequada como meta para a educação e recentemente foi implementado o programa Mais Professores em busca de valorizar a docência e aumentar a atratividade da carreira.

Todavia, para que a carreira no magistério se torne atrativa a implementação de programas e determinação em legislação, não são o suficiente. Os avanços da perspectiva da



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

formação continuada de qualidade como responsabilidade do docente e a conquista de cada vez mais espaço para a meritocracia, não são meios de melhorar a profissão. Portanto, é fundamental que os esforços para uma formação inicial e continuada de qualidade continuem avançando como direito e outros fatores sejam considerados para a valorização docente. Esses fatores vão além da remuneração adequada e planos de carreira, é necessário a disponibilidade de estruturas de trabalho adequadas, incentivos para os profissionais que não estejam atrelados a prêmios que acarretam a competitividade entre as partes e a responsabilização dos professores como detentores de todas as soluções para o sucesso da educação básica.

REFERÊNCIAS

ANFOPE, **Nota da Anfope sobre o parecer CNE/CP nº 4/2024**. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/nota-da-anfope-sobre-o-parecer-cne-cp-no-4-2024-2/>. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025**. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12358.htm. Acesso em 29 jul. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 24, n. 59, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/227811.24.59-3>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7273>. Acesso em 30 jul. 2025.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Relatório global sobre professores - Abordar a escassez de professores e transformar a profissão**. 2025. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393261>. Acesso em 29 jul. 2025.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

SOBRINHO, Sidinei Cruz; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. O 'apagão' docente: quem educará as novas gerações? who will educate the new generations?. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6608192, 2024. DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.6608. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6608>. Acesso em 29 jul. 2025.

SOBZINSKI, Janaína Silvana; DIOGO, Emilli Moreira; MASSON, Gisele. Políticas de formação e valorização docente: uma análise do plano de desenvolvimento da educação e das metas do novo plano nacional de educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 4, p. 1212-1233, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6203019>. Acesso em 30 jul. 2025.

ZUCCHINI, Lilian Giacomini Cruz; ALVES, Andrêssa Gomes de Rezende; NUCCI, Leandro Picoli. A contrarreforma da formação de professores no Brasil: BNC-Formação e os retrocessos para a valorização docente. **Educar em Revista**, v. 39, e. 87143, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.87143>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/nP75HSJ3BQq55tgZzX9NTMH/?lang=pt>. Acesso em 30 jul. 2025.